



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Celeste Gobbato, 229 - Bairro Praia de Belas - CEP 90110-906 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA

TERMO DE REFERÊNCIA - Contratação Externa para Ações Formativas

1. OBJETO

Contratação de empresa para realização da ação formativa de interesse do TJRS, demanda do Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário do RS (CJUD), para capacitações internas voltadas à formação de formadores. O objetivo é aprimorar as habilidades de magistrados e servidores, focando na área de docência. As ações formativas buscam promover uma integração entre os saberes técnicos e comportamentais, alinhando os participantes às necessidades do Judiciário contemporâneo. O Módulo 2 terá uma turma e será preferencialmente na modalidade EAD - assíncrona, com carga horária de 40 (quarenta) horas-aula, para ser realizado no período de 25/08/2025 a 25/09/2025. Deverá ser privilegiado o uso de metodologias ativas. O Módulo 3 terá uma turma e será preferentemente na modalidade Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona), com carga horária de 20 (vinte) horas-aula, a ser realizado no período de 03/11/2025 a 04/11/2025 (presencial) e 05/11/2025 a 06/11/2025 (assíncrona). O prazo de vigência do contrato terá duração de seis meses, prorrogável por igual período. Os Projetos Pedagógicos dos cursos encontram-se nos documentos: 8008472 e 8010168 e proposta consta no doc. 8055297.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar realizado (8005818), o Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário do RS (CJUD) atua na implementação e execução de cursos voltados à qualificação e desenvolvimento de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) no âmbito da Justiça Estadual do RS. Uma demanda importante e recorrente está relacionada à capacitação de magistrados e servidores com o objetivo de auxiliar aqueles que desejam atuar como multiplicadores, instrutores e tutores de forma a qualificar as formações internas do PJRS. A escola firma seu compromisso com a socialização do saber por meio de ações formativas, em suas diversas formas, e com a divulgação do conhecimento produzido ou internalizado no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e das demais instituições parceiras. O CJUD entende a necessidade de repensar a atuação do Estado, de promover cada vez mais a participação da sociedade na defesa da atividade pública e, sobretudo, reflete a confiança na educação como vetor de formação e transformação do(a) servidor(a) e do serviço público.

Com o objetivo de sanar as lacunas de competências na área de formação de formadores, justifica-se a necessidade de cursos que abordem tais temáticas. Importante salientar que, como tratam-se de competências de alta complexidade, é importante que as turmas tenham um acompanhamento qualificado e individualizado, de forma a potencializar o desenvolvimento das habilidades necessárias. Para tanto, citamos dois cursos capazes de atender tais necessidades supracitadas:

Os cursos de "Formação de Formadores Nível 1" serão realizados por meio de contratação externa, na modalidade assíncrona para o FOFO N1M2 e híbrida para o FOFO N1M3, totalizando carga horária estimada de 60 horas. Os cursos visam promover o desenvolvimento de competências profissionais referentes à docência, tendo como público alvo magistrados(as) e servidores(as) que atuam no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Com o curso, o objetivo final é

preparar os discentes para a atuação como instrutores e tutores para que estes conheçam as normativas pedagógicas da ENFAM, realizem o planejamento de aulas e de projetos, apliquem metodologias ativas e tecnologias em salas de aula físicas e virtuais e promovam formações qualificadas e significativas ao longo da sua trajetória como formadores.

A elevada demanda pelo curso de Formação de Formadores no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) evidencia sua relevância e impacto institucional. Em edições anteriores, o número expressivo de inscrições demonstrou o interesse e a necessidade constante de qualificação pedagógica por parte dos servidores. Esse cenário reforça a importância de manter e aprimorar a oferta dos cursos, garantindo que a atuação formativa interna ocorra de maneira qualificada, técnica e alinhada às diretrizes estratégicas do TJRS.

O Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário do RS (CJUD) atua na implementação e execução de cursos voltados à qualificação e desenvolvimento de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) no âmbito da Justiça Estadual do RS. Dessa forma, faz-se necessário capacitar magistrados e servidores, pois estes membros atuam diretamente na promoção ações formativas e operam com ferramentas tecnológicas durante a condução das práticas pedagógicas.

A empresa Tiwinan Educacional possui em seu corpo docente profissionais altamente qualificados, com ampla experiência na Administração Pública. Como exemplo dessa expertise, ela conta com docentes como:

Fernando de Assis Alves

Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Pedagogo e Mestre em Educação e Comunicação, pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Pública e Sociedade. Diretor Presidente do Grupo Educando para a Vida - EDUCAVIDA. Foi professor na Universidade de Brasília. Já atuou como consultor de educação em Organismos Internacionais como UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNODC. Tem experiência na área de Educação, Formação de Formadores de Magistrados, Tecnologias da Informação e Comunicação, Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com ênfase em Educação e Promoção de Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias aplicadas à educação, formação de formadores magistrados, políticas e gestão pública, educação, inovação e marketing, Formação Inicial de Magistrados.

Dr. Vladimir Santos Vitovsky

Pós-doutorando do ProPEd UERJ com o Projeto "Escolas de Magistratura e as ações pedagógicas de cidadania na formação de magistrados: currículo, cotidianos e educação de adultos, supervisionado pela Professora Doutora Jane Paiva. Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI" (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada "Fora do Processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa", orientado do Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, aprovado com Distinção e Louvor por unanimidade. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Direito, com ênfase em Administração da Justiça e Sociologia Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à justiça e educação para cidadania, Formação de Magistrados, Gestão da Administração Judiciária e Execução Fiscal.

Hélio Ricardo Machado Lopéz

Psicólogo, Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Educação em Saúde pela UnB e pesquisador. Já atuou junto à Presidência do FUNASA, Ministério da Justiça, Ministério dos Esportes, SENAC/DF e Instituto de Educação Superior de Brasília, possuindo larga experiência profissional como professor e palestrante, inclusive perante o Poder Judiciário do RS. Ressalta-se que recentemente ele foi um dos docentes do curso "Estratégias para a Gestão Humanizada na Justiça do Futuro".

Des. José Henrique Rodrigues Torres

Do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), possui uma carreira jurídica sólida e vasta experiência acadêmica. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru em 1980, ingressou na Magistratura em 1987, atuando por 35 anos, dos quais 30 foram dedicados à Vara do Júri de Campinas Especialista em Direito das Relações Sociais e em Direito Processual Penal, o Desembargador Torres é reconhecido por sua atuação como Formador de Formadores na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Além disso, integra a Comissão de Assessoramento Pedagógico da ENFAM, contribuindo significativamente para a formação e aperfeiçoamento de magistrados em âmbito nacional.

Sua experiência como docente é evidenciada por sua participação em diversos cursos de formação inicial para novos magistrados, nos quais aborda temas contemporâneos e relevantes para a atuação judicial, como ética, humanismo e direitos humanos. Em junho de 2024, por exemplo, ministrou palestras no Módulo Nacional de Formação Inicial promovido pela ENFAM, destacando os desafios e responsabilidades da magistratura atual.

A combinação de sua vasta experiência jurisdicional, especialização acadêmica e atuação destacada na formação de magistrados qualifica o Desembargador José Henrique Rodrigues Torres como instrutor altamente capacitado para ações formativas direcionadas à alta administração do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Sua participação contribuirá para o aprimoramento das competências dos servidores e magistrados, promovendo uma visão humanística e ética na administração da justiça.

Dr. Fábio Penezi Póvoa:

Possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (1997). Atualmente é juiz de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Especialista em Direito da Criança e Adolescente pela Universidade Federal do Pará e Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Processo Civil, pela Escola de Governo do Estado e Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, Formador na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - EJPA. Formador na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - EJURR, Formador na Escola Superior de Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Formador na Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte.

Paulo José Góes Daltro:

Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (PPGA/UnB), na linha de Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas, com ênfase na área de Treinamento, Desenvolvimento e Educação Corporativa (TDE). Mestre em Administração pelo mesmo programa (PPGA/UnB). Bacharel em Administração pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). É servidor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, lotado na Escola de Contas Públicas do TCDF. Foi professor do eixo de Gestão e Negócios do Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus Asa Norte. Foi Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Internacionalização (PEI) e Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além de professor dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Gestão Pública do Centro Universitário Estácio de Brasília. Atua como pesquisador no grupo de pesquisa IMPACTO (UnB), com foco no estudo da aprendizagem em

organizações, desenvolvendo pesquisas a respeito de aspectos que influenciam as políticas e práticas de gestão de pessoas, em especial: competências, suporte organizacional, treinamento, desenvolvimento e educação corporativa. Atuou como pesquisador do Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília e do APINOV (aprendizagem e inovação em organizações). É revisor de periódicos da área de gestão. Tem experiência nas áreas de Administração, Marketing, Estudos Organizacionais e Gestão de Projetos, Serviços, Processos, Operações, Pessoas, Conhecimento e Inovação).

Ressalta-se que a lista acima é meramente exemplificativa, sendo facultada à empresa a substituição de docentes, desde que o substituto seja detentor de titulação, formação, aptidão técnica, experiência e atuação profissional equivalentes às do substituído.

3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

Empresa: TIWINAN EDUCACIONAL - CNPJ: 48.763.417/0001-32.

Curso: Formação de Formadores (FOFO) - Nível 1, Módulo 2.

Modalidade: EAD - Assíncrona.

Carga horária total: 40 (quarenta) horas-aula.

Metodologia: As atividades ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. Serão utilizadas estratégias que englobem a problematização da realidade na qual o educando formador está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional. Para isso, serão promovidas atividades que prezem a relação teoria-prática, inserindo problemas e hipóteses que estimulem o(a) cursista a produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos. O módulo 2 contará com 40 (quarenta) horas-aula, na modalidade à distância, de forma assíncrona. As aulas serão realizadas em codocência pelos professores e serão sempre apresentados aos(às) cursistas os objetivos da aprendizagem e as metodologias empregadas para esse fim.

Ementa: As atividades ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. Serão utilizadas estratégias que englobem a problematização da realidade na qual o educando formador está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional. Para isso, serão promovidas atividades que prezem a relação teoria-prática, inserindo problemas e hipóteses que estimulem o(a) cursista a produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos. O módulo 2 contará com 40 (quarenta) horas-aula, na modalidade à distância, de forma assíncrona. As aulas serão realizadas em codocência pelos professores e serão sempre apresentados aos(às) cursistas os objetivos da aprendizagem e as metodologias empregadas para esse fim.

O processo avaliativo será realizado a partir da integração das funções diagnóstica, formativa e somativa, visto ser considerado um processo dinâmico e presente em todos os momentos das ações educativas e, desta forma, permitindo o desenvolvimento de uma escola reflexiva. Contudo, será adotada a função formativa da avaliação como concepção inspiradora para nossas práticas educativas, pois esta atribuição perpassa e conclui todo o processo pedagógico, além de primar pela valorização e encorajamento dos avaliados e avaliadores de forma ética, responsável, humanista e emancipadora a partir da perspectiva da confluência de critérios, de valores éticos e na busca da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem. A avaliação segue como premissa a Resolução CNJ nº 192/2014, em seu Artigo 13, define que as ações de formação e aperfeiçoamento deverão ser avaliadas em quatro dimensões: reação, aprendizagem, aplicação e resultado.

Curso: Formação de Formadores (FOFO) - Nível 1, Módulo 3.

Modalidade: Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona).

Carga horária total: 20 (vinte reais) horas-aula.

Metodologia: A abordagem formativa adotada será híbrida, compreendendo dois dias de aulas presenciais e dois dias de atividades EAD - assíncronas, realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. A proposta metodológica deverá focar em métodos que primem pela participação dos cursistas, com momentos de interação e atividades colaborativas que permitam a aplicação das Diretrizes da Escola de Contas, baseadas nas Diretrizes Pedagógicas da Formação Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Isso deverá ocorrer com estratégias que englobem problematização da realidade na qual o educando-formador está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional. Para isso, serão promovidas atividades que prezem a relação teoria-prática, inserindo problemas e hipóteses que estimulem o aluno a produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos. As estratégias pedagógicas serão diversificadas, aliando aulas expositivas dialogadas com metodologias ativas como dramatização, simulação, estudo de caso, visando a formação de competências do formador e sua capacidade analítica e reflexiva.

Ementa: Elementos do plano de aula, organização da aula e processo avaliativo da aula, é a figura-chave para o desenvolvimento das competências dos magistrados, desempenhando seu papel de sujeito sócio-histórico-cultural integrador, responsável e multiplicador de conhecimentos, estudos do meio.

Investimento total: R\$ 92.865,14 (noventa e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos).

Investimento total por aluno: R\$ 1.326,64 (um mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Valor da hora/aula: R\$ 1.547,75 (um mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme proposta doc. 8055297.

Identificação da base legal para contratação, nos termos da Lei n. 14.133/2021:

(X) Inexigibilidade de licitação, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei n. 14.133/2021 (serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal).

() Outro:

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa precisará atuar conforme as especificações de cada projeto pedagógico de curso, no que se refere a carga horária, metodologia e conteúdo programático, levando em consideração critérios pedagógicos fundamentais para o bom desenvolvimento da ação educativa, como segue:

- Conteúdo programático que aborde temas como: Ambientação. Aspectos do tratamento pedagógico desenvolvido pela ENFAM (Diretrizes Pedagógicas). Construção do conhecimento e andragogia. Competências – conceito, aplicação ao processo educativo, composição dos saberes. O desenvolvimento dos temas transversais: articulação com os princípios da ética e do humanismo. O processo de ensino: a intencionalidade, o planejamento de ensino. A definição de objetivos e as formas de acompanhar e avaliar o alcance da proposta de ensino (objetivos/avaliação). A organização dos conteúdos e do processo de aprendizagem (conteúdo/metodologia). Atividade prática - Elaboração de um plano de curso estruturado. Elaboração orientada de plano de ensino individual de cada participante. Análise das entregas pelo formador. Conclusão dos trabalhos, devolutiva e avaliação. Encaminhamento das análises finais pelo formador.
- Carga horária total de 60 horas-aula.

- Curso na modalidade assíncrona para o FOFO N1M2 e híbrida para o FOFO N1M3
- O Módulo 3 será realizado presencialmente no espaço do CJUD, localizado no endereço R. Celeste Gobbato, 229 - Praia de Belas, Porto Alegre - RS, 90110-160.
- Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

As ações educativas ocorrerão na modalidade assíncrona para o FOFO N1M2 e híbrida para o FOFO N1M3 e os conteúdos serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. A carga horária total será de 60 horas-aula. O público-alvo compreende magistrados e servidores do PJRS. Tais dados e demais informações atinentes aos cursos constam nos Projetos Pedagógicos dos mesmos: doc. 8008472 e doc. 8010168.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Após a autorização da contratação pela Direção Geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e sua respectiva efetivação, as atividades docentes serão acompanhadas de forma contínua pela Coordenação Pedagógica do Centro de Formação do Judiciário do Rio Grande do Sul (CJUD). Esse acompanhamento busca promover a conformidade da oferta com o que foi contratado.

Os gestores de curso também acompanharão a realização das ações formativas, auxiliando na organização das aulas e verificando os materiais disponibilizados. Esse acompanhamento assegura que os conteúdos ministrados estejam alinhados aos objetivos educacionais estabelecidos e às necessidades dos alunos.

Ao final do curso, será aplicada uma Avaliação de Reação, permitindo que os participantes ofereçam *feedbacks* detalhados sobre diversos aspectos dos cursos, incluindo o desempenho do professor e empresa, a qualidade das aulas e a relevância do conteúdo abordado. Esse procedimento constitui uma etapa crucial para identificar pontos fortes e possíveis áreas de melhoria, promovendo o aprimoramento contínuo das práticas educacionais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá após o ateste referente à plena execução dos serviços contratados.

Dado que algumas ações formativas serão subdivididas em módulos, o pagamento poderá ser efetuado ao término de cada um.

Execução das ações de capacitação previstas neste Termo de Referência com utilização de metodologias ativas, fornecimento de material atualizado, e ao final da ação formativa, envio da lista de frequência e de cursistas aprovados, reprovados e evadidos para o e-mail cjudcursos@tjrs.jus.br, caso o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle não forneça o relatório correspondente automaticamente.

Possuir o fornecedor e/ou contratado documentação válida no momento do pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Conforme abordado no Estudo Técnico Preliminar (8005818), o levantamento de mercado realizado, calcado pelos princípios da administração pública, especialmente, à impessoalidade e eficiência, objetivou a identificação da proposta que, atendidos os requisitos técnicos e pedagógicos da ação formativa, revele-se apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

Os profissionais selecionados para esta ação formativa possuem notória especialização, evidenciada por sua sólida formação acadêmica — incluindo especialização, mestrado ou doutorado — e vasta experiência nas áreas temáticas abordadas. Além disso, destacam-se por sua atuação reconhecida no campo da docência, o que os torna aptos a atender com excelência os objetivos propostos.

A empresa Tiwinan Educacional possui em seu corpo docente profissionais altamente qualificados, com ampla experiência na Administração Pública. Como exemplo dessa expertise, ela conta com docentes como:

Fernando de Assis Alves

Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Pedagogo e Mestre em Educação e Comunicação, pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Pública e Sociedade. Diretor Presidente do Grupo Educando para a Vida - EDUCAVIDA. Foi professor na Universidade de Brasília. Já atuou como consultor de educação em Organismos Internacionais como UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNODC. Tem experiência na área de Educação, Formação de Formadores de Magistrados, Tecnologias da Informação e Comunicação, Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com ênfase em Educação e Promoção de Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias aplicadas à educação, formação de formadores magistrados, políticas e gestão pública, educação, inovação e marketing, Formação Inicial de Magistrados.

Dr. Vladimir Santos Vitovsky

Pós-doutorando do ProPEd UERJ com o Projeto "Escolas de Magistratura e as ações pedagógicas de cidadania na formação de magistrados: currículo, cotidianos e educação de adultos, supervisionado pela Professora Doutora Jane Paiva. Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI" (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada "Fora do Processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa", orientado do Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, aprovado com Distinção e Louvor por unanimidade. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Direito, com ênfase em Administração da Justiça e Sociologia Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à justiça e educação para cidadania, Formação de Magistrados, Gestão da Administração Judiciária e Execução Fiscal.

Hélio Ricardo Machado Lopéz

Psicólogo, Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Educação em Saúde pela UnB e pesquisador. Já atuou junto à Presidência do FUNASA, Ministério da Justiça, Ministério dos Esportes, SENAC/DF e Instituto de Educação Superior de Brasília, possuindo larga experiência profissional como professor e palestrante, inclusive perante o Poder Judiciário do RS. Ressalta-se que recentemente ele foi um dos docentes do curso "Estratégias para a Gestão Humanizada na Justiça do Futuro".

Des. José Henrique Rodrigues Torres

Do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), possui uma carreira jurídica sólida e vasta experiência acadêmica. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru em 1980, ingressou na Magistratura em 1987, atuando por 35 anos, dos quais 30 foram dedicados à Vara do Júri de Campinas Especialista em Direito das Relações Sociais e em Direito Processual Penal, o Desembargador Torres é reconhecido por sua atuação como Formador de Formadores na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Além disso, integra a Comissão de Assessoramento Pedagógico da ENFAM, contribuindo significativamente para a formação e aperfeiçoamento de

magistrados em âmbito nacional.

Sua experiência como docente é evidenciada por sua participação em diversos cursos de formação inicial para novos magistrados, nos quais aborda temas contemporâneos e relevantes para a atuação judicial, como ética, humanismo e direitos humanos. Em junho de 2024, por exemplo, ministrou palestras no Módulo Nacional de Formação Inicial promovido pela ENFAM, destacando os desafios e responsabilidades da magistratura atual.

A combinação de sua vasta experiência jurisdicional, especialização acadêmica e atuação destacada na formação de magistrados qualifica o Desembargador José Henrique Rodrigues Torres como instrutor altamente capacitado para ações formativas direcionadas à alta administração do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Sua participação contribuirá para o aprimoramento das competências dos servidores e magistrados, promovendo uma visão humanística e ética na administração da justiça.

Dr. Fábio Penezi Póvoa:

Possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (1997). Atualmente é juiz de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Especialista em Direito da Criança e Adolescente pela Universidade Federal do Pará e Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Processo Civil, pela Escola de Governo do Estado e Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, Formador na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - EJPA. Formador na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - EJURR, Formador na Escola Superior de Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Formador na Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte.

Paulo José Góes Daltro:

Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (PPGA/UnB), na linha de Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas, com ênfase na área de Treinamento, Desenvolvimento e Educação Corporativa (TDE). Mestre em Administração pelo mesmo programa (PPGA/UnB). Bacharel em Administração pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). É servidor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, lotado na Escola de Contas Públicas do TCDF. Foi professor do eixo de Gestão e Negócios do Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus Asa Norte. Foi Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Internacionalização (PEI) e Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além de professor dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Gestão Pública do Centro Universitário Estácio de Brasília. Atua como pesquisador no grupo de pesquisa IMPACTO (UnB), com foco no estudo da aprendizagem em organizações, desenvolvendo pesquisas a respeito de aspectos que influenciam as políticas e práticas de gestão de pessoas, em especial: competências, suporte organizacional, treinamento, desenvolvimento e educação corporativa. Atuou como pesquisador do Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília e do APINOV (aprendizagem e inovação em organizações). É revisor de periódicos da área de gestão. Tem experiência nas áreas de Administração, Marketing, Estudos Organizacionais e Gestão de Projetos, Serviços, Processos, Operações, Pessoas, Conhecimento e Inovação).

Conforme especificações técnico-pedagógicas necessárias e suficientes para atendimento da necessidade da contratação, devendo o fornecedor e/ou contratado possuir documentação válida, no que se refere à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica (CND, FGTS, CADIN e CFIL), além do cadastro no AFE e encaminhar a Declaração de não parentesco exigida pelo Conselho Nacional de Justiça.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Formação de Formadores N1M2: 40 horas-aula perfaz um valor total estimado de: R\$

61.910,09

30.955,05

Formação de Formadores N1M3: 20 horas-aula perfaz um valor total estimado de: R\$

Total estimado: R\$ 92.865,14.

Dados conforme proposta doc. **8055297**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será certificada oportunamente no curso do processo.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Fonseca Souza, Pedagogo(a) Judiciário(a)**, em 02/06/2025, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8005819** e o código CRC **3CF60A99**.